



MUNICÍPIO DE ROQUE GONZALES  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 3079, DE 27 DE JANEIRO DE 2020.

*“Altera a Lei Municipal 1426/ 2000, que dispõe sobre o Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores (FAPS)”.*

O Prefeito Municipal em Exercício de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul.  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Os incisos “, I, II, III e IV”, do Art. 3º da Lei Municipal 1426/2000, passam a vigor com a seguinte redação:

**Art. 3º.** Constituem recursos do RPPS

I. A contribuição previdenciária, de caráter compulsório, dos servidores públicos ativos e em disponibilidade remunerada de qualquer dos Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 14% (quatorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição;

II. A contribuição previdenciária, de caráter compulsório, dos servidores públicos inativos e pensionistas de qualquer dos Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 14% (quatorze por cento), incidente sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, sendo que, em relação aos inativos portadores de doenças incapacitantes, assim definidas em lei, a contribuição incidirá sobre o valor da parcela dos proventos que superem o dobro desse limite;

III. A contribuição previdenciária, de caráter compulsório, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 14,00% (quatorze por cento), a título de alíquota normal, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, em disponibilidade remunerada, inativos e pensionistas, nos termos dos incisos I e II;

IV. Adicionalmente à contribuição de que trata inciso III deste Artigo, todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, a título de recuperação do passivo atuarial, contribuirão com alíquota na razão de 27,50% (vinte e sete vírgula cinco por cento) no período de janeiro de 2019 até dezembro de 2019; 30% (trinta por cento) no período de janeiro de 2020 até dezembro de 2020; 32,50% (trinta e dois vírgula cinco por cento) no período de janeiro de 2021 até dezembro de 2021; 35,50% (trinta e cinco vírgula cinco por cento) no período de janeiro de 2022 até dezembro de 2022; 38,00% (trinta e oito por cento) no período de janeiro de 2023 até dezembro de 2023; 41,00% (quarenta e um por cento) no período de janeiro de 2024 até dezembro de 2024; 44,00% (quarenta e quatro por cento) no período de janeiro de 2025 até dezembro de 2025; 46,00% (quarenta e seis por cento) no período de janeiro de 2026 até dezembro de 2026; 49,00% (quarenta e nove por cento) no período de janeiro de 2027 até dezembro de 2027; 51,00% (cinquenta e um por cento) no período de janeiro de 2028 até dezembro de 2028; 53,00% (cinquenta e três por cento) no período de janeiro de 2029 até dezembro de 2029; e no período de janeiro de 2030 até

**"TERRA E SANGUE DAS MISSÕES"**

Rua Pe. Anchieta, 221

Roque Gonzales - RS - CEP 97970-000

www.roquegonzales.rs.gov.br - Fone/Fax: 55 3365-3300

CNPJ: 87612982/0001-50 - E-mail: pmrg@roquegonzales-rs.com.br





**MUNICÍPIO DE ROQUE GONZALES**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Lei Nº 3079 / 2020.

2

dezembro de 2045 a alíquota será de 54,00% (cinquenta e quatro por cento), incidente sobre a contribuição dos servidores, nos termos dos incisos I e II. Após o ano de 2045, deverá ser extinguir-se o custeio especial, permanecendo apenas o custeio normal.

§ 1º. Os percentuais de contribuição previstos nos incisos I, II, III e IV, deverão ser reavaliados atuarialmente nos termos do art. 15 da Lei 9.572/2005 e conforme a legislação federal pertinente, e, quando necessário, atendendo às indicações do cálculo atuarial, serão alterados por lei.

§ 2º. Ocorrendo majoração de alíquotas, sua exigibilidade dar-se-á a partir do dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia da publicação da lei referida no parágrafo anterior, sendo mantida, até essa data, a obrigatoriedade dos recolhimentos pelas alíquotas então vigentes.

§ 3º. As contribuições e demais recursos de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e da taxa de administração destinada à manutenção desse Regime.

§ 4º. O valor da taxa de administração, mencionada no parágrafo anterior, será de 0,44% (zero virgula quarenta e quatro por cento) do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativamente ao exercício financeiro anterior, e poderá ser utilizado para o custeio das avaliações atuariais e de outras despesas autorizadas pelos regulamentos editados pelo Ministério da Previdência Social – MPS.

§ 5º. Os recursos do FAPS serão depositados em conta distinta das contas do Tesouro Municipal.

§ 6º. As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão às resoluções do Conselho Monetário Nacional, sendo vedada a aplicação em títulos públicos, exceto os títulos públicos federais, bem como a utilização desses recursos para empréstimo de qualquer natureza.

**Art. 2º.** Revogam-se as disposições em contrário constantes da Lei 1426/2000 e suas alterações posteriores.

**Art. 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo que a majoração das alíquotas dos incisos I e II do art. 3º serão exigíveis a partir do dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia da publicação da presente norma legal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ROQUE GONZALES, 27 DE JANEIRO DE 2020.

Registre-se e Publique-se.

Rodrigo Issler Scheeren,  
Secretário de Administração.

Este documento ficou afixado no painel  
de publicações da Prefeitura Municipal.  
de 27/01/2020 a 27/02/2020  
Secretário de Administração

Paulo Aloísio Justen,  
Prefeito Municipal em Exercício.

**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**- GABINETE -**  
**ROQUE GONZALES - RS**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**- SEC. ADMINISTRAÇÃO -**

**ROQUE GONZALES - RS**

Rua Pe. Anchieta, 221  
Roque Gonzales - RS - CEP 97970-000

www.roquegonzales.rs.gov.br - Fone/Fax: 55 3365-3300

CNPJ: 87612982/0001-50 - E-mail: pmrg@roquegonzales-rs.com.br

